

Sem país crescer, não haverá paz

“A fome é inimiga da democracia”, diz Lula contra golpismo

Ricardo Stuckert - PR

“Não haverá democracia plena enquanto perdurar a desigualdade”, afirmou

A “fome é inimiga da democracia. Não haverá democracia plena enquanto persistirem as desigualdades, seja de renda, raça, gênero, orientação sexual, acesso à saúde, educação e demais serviços públicos”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o ato in-

titulado ‘Democracia Inabalada’ que transcorreu no 8 de janeiro, exatamente um ano após a turba bolsonarista tentar, sem sucesso, um golpe de Estado no País. A fala serve para alertar que pôr em segundo plano a recuperação social e econômica do país é deixar a porta aberta para o retorno do golpismo. **Pág. 3**



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.937 17 a 23 de Janeiro de 2024



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

“Se o governo tiver censo de patriotismo tem que rever as privatizações”, afirma Siqueira

O diretor Administrativo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AE-PET), Fernando Siqueira, que já presidiu a entidade, denunciou que a venda de ativos e o enfraquecimento da Petrobrás são fruto de pressão externa exercida pelos Estados Unidos. **P. 2**

Servidor federal defende 9% de reajuste este ano

As entidades dos servidores do Executivo Federal que compõem o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) apresentaram ao governo, na quarta-feira (10), uma contraproposta sobre os reajustes salariais para 2024 (9%), 2025 (7,5%) e 2026 (7,5%). **Pág. 5**

“Extinguir Furnas revela ganância e descaso com o abastecimento”



O pequeno Mohamed Awad, de 12 anos, assassinado pelas bombas de Israel em Khan Yunis, Gaza, dia 6

Genocídio israelense matou 10.600 crianças em 100 dias

As autoridades de Saúde de Gaza revelaram que Israel matou 10.600 crianças desde 7 de outubro. A ONG Save

the Children confirmou os números e acrescentou que inúmeras outras estão desaparecidas, presumivelmente

mortas e enterradas sob os escombros. “As crianças em Gaza que sobrevivem à violência estão sofrendo horrores indes-

critíveis, incluindo ferimentos, queimaduras, doenças, cuidados médicos inadequados”, diz comunicado da ONG. **Pág. 7**

A afirmação é da professora da UFRJ Clarice Ferraz sobre a decisão da direção da Eletrobrás e de sua assembleia de acionistas, tomada apressadamente, na quinta-feira (11), de extinguir a antiga subsidiária de Furnas. A assembleia só foi possível após decisão do ministro Alexandre Moraes liberando a atual diretoria, que tem sua legitimidade questionada no STF pelo governo, de realizá-la assim mesmo. Clarice alerta que “ninguém na empresa [Eletrobrás] está preocupado com a perda de eficiência operacional”. “A decisão traz maiores riscos de mais incidentes que levem a interrupções no fornecimento de eletricidade”, acrescentou a especialista. **Página 2**

Brasil apoia África do Sul em Haia contra genocídio de Israel em Gaza

O Itamaraty anunciou na quarta-feira (10) o apoio do Brasil à ação apresentada pela África do Sul contra Israel à Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU, por violação, perpetrada em Gaza, da Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, conforme comunicado emitido após o presidente Lula receber no Planalto o embaixador palestino, Ibrahim Alzeben. **Página 3**

Déficit zero: ainda dá tempo de reverter o desastre?

Por Paulo Kliass. **Pág. 2**



Siqueira é diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet)

Fernando Siqueira: “Se o governo tiver senso de patriotismo, tem que rever as privatizações”

O diretor Administrativo da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), Fernando Siqueira, que já presidiu a entidade, denunciou, em entrevista ao programa Faixa Livre, na última quarta-feira (10), que a venda de ativos e o enfraquecimento da Petrobrás são fruto de pressão externa exercida pelos Estados Unidos.

“Essas vendas fazem parte de um processo de pressão internacional. Principalmente pelos EUA, porque eles têm um quadro de insegurança energética muito grave. Eles têm uma reserva de 40 bilhões de barris e consomem 8 bilhões por ano. Em 5 anos, se o EUA não tiver petróleo externo, ele morre, porque a falta de energia é fatal”, apontou Siqueira.

“Então, o que os EUA querem é o pré-sal com a tecnologia da Petrobrás”, acrescentou. “Essa ideia de vender ativos é para enxugar a empresa e depois ela ficar fácil de ser comprada. Isto é assim porque o que eles querem é a reserva do pré-sal, que gira em torno de 100 bilhões de barris, mais do dobro das reservas que eles têm”, destacou o engenheiro. “É por isso que eles invadiram o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, tudo em busca de petróleo”, prosseguiu Siqueira.

“Se a Petrobrás se desfizer dos ativos fica mais fácil para eles comprarem, porque o alvo principal é o pré-sal. Eles estão numa insegurança energética imensa e querem o pré-sal a todo custo. O alvo não é a Petrobrás em si. Eles querem a Petrobrás com a sua tecnologia e com as reservas que ela detém, inclusive com mais as reservas do norte do país”, denunciou o diretor da Aepet.

RLAN

Sobre a venda subestimada da Refinaria Landulpho Alves (RLAN) na Bahia pelo governo Bolsonaro, Fernando disse que “o preço de venda foi menos da metade do preço avaliado por empresas especializadas”. Ele destacou que ainda teve um agravante. “O mercado que a Petrobrás tinha na Bahia. Aquele mercado cativo vale dez vezes o preço que ela foi comprada”, observou o diretor da Aepet.

“Esta venda absurda que tem que ser revista porque ela faz parte de um processo de pressão internacional. Se o governo Lula tiver um senso de patriotismo tem que rever essas privatizações dos ativos da Petrobrás, inclusive a BR [Distribuidora], que foi vendida também com um mercado fantástico, cerca de 35% do mercado nacional, a preço de banana. Muito aquém do valor real que esse mercado representa”.

Fernando Siqueira frisou ainda que a pressão exercida pelos EUA acaba facilitando que outros grupos – como o Mubadala – acabem adquirindo ativos e contribuindo para o enfraquecimento da Petrobrás. “O Lula fica querendo que esses fundos venham investir no Brasil e por isso fica contemporizando”, apontou. “Por trás disso tudo está a questão estratégica das nossas reservas de petróleo”, observou Siqueira.

PETROS

Outra questão abordada por Fernando Siqueira na entrevista foi sobre o Fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás (Petros). Ele denunciou a Resolução CGPC N° 59, de 15/12/2023, que “permite que se aplique os recursos dos funcionários em qualquer lugar”. Em artigo recente, ele já havia alertado para este problema. “Com essa resolução, os recursos dos funcionários vão para os bancos”, denunciou.

“Durante os 16 anos que fui conselheiro da Petrobrás, participei dos congressos da ABRAPP, onde os bancos pregavam o fim dos planos benefício definido, BD – eles não se conformam que o patrimônio de R\$ 1,5 trilhão dos fundos não estivesse sob controle deles”, afirmou Siqueira.

Clarice: desativar e se apossar de Furnas é ganância da Eletrobrás



Clarice Ferraz, economista e professora da UFRJ, é diretora do Instituto Illumina

Paulo Kliass: Déficit zero: Ainda há tempo de reverter o desastre?

Meta fatalmente levará à compressão de gastos públicos, essenciais para reconstruir o país. É hora de Lula assumir as rédeas da economia: quanto mais tardar em reconhecer o equívoco, maior será o preço cobrado pelo centrão para corrigi-lo

EQUILÍBRIO FISCAL: OBSESSÃO DE HADDAD

Em entrevista concedida à imprensa na semana passada, o secretário executivo do Ministério da Fazenda respondia pelas posições e opiniões da pasta a respeito de temas candentes da economia para o ano que se inicia. Na verdade, Dário Durigan substituiu oficialmente o titular, que se encontra afastado de suas funções até o dia 12 de janeiro. O período de férias solicitado por Fernando Haddad coincide com o recesso do Congresso Nacional e o titular imaginou que poderia ser um momento mais tranquilo para se afastar um pouco da conturbada agenda ministerial.

O substituto em exercício foi questionado a respeito das dificuldades que o governo deverá enfrentar para cumprir a meta que o Haddad tão arraigadamente encampou para si mesmo. Trata-se do objetivo que ele propôs a Lula: a missão praticamente impossível de buscar o equilíbrio fiscal primário nas contas do governo federal para o exercício de 2024. A intenção é antiga e foi colocada em pauta em abril do ano passado, quando o presidente da República encaminhou ao poder legislativo o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Já naquele momento Haddad incluiu um dispositivo para não deixar nenhuma sombra de dúvidas quanto à sinceridade de seu bom mocismo no quesito austeridade e de seu bom relacionamento com o universo do financismo.

(...) “Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.” (...) [GN]

O interessante é observar que, à exceção dos faralimers e de seus propagandistas, quase ninguém mais acreditava na necessidade de se incluir tamanha profissão no corpo do texto de uma lei que deveria oferecer as diretrizes gerais para a elaboração da peça orçamentária. O total desacomodado de tal intenção esdrúxula com a realidade da economia brasileira era reconhecido até mesmo pelo relator da matéria no Congresso Nacional, um deputado conservador, do União Brasil do Ceará. Danilo Fortes afirmou por inúmeras vezes que, caso o governo solicitasse, ele mesmo substituiria a meta inatingível por algo mais realista, como o reconhecimento de um déficit primário de 1% ou 1,5% do PIB.

Mas a obstinação de Haddad com a manutenção de um zero redondinho e bonitinho era de tal ordem que articulou uma resistência ao próprio chefe. Lula havia dado um puxão público de orelhas em seu subordinado, ao afirmar em entrevista coletiva que ele achava muito difícil alcançar a tal da meta zero em 2024. Mas depois parece ter se esquecido da reprimenda e o projeto foi aprovado com a tal menção austeridade. Ao se propor a atingir o equilíbrio entre as despesas e receitas orçamentárias primárias em um ano eleitoral, o governo está sinalizando para o sistema político de forma ampla que os recursos públicos não estarão disponíveis nos patamares necessários e desejados.

Uma vez estabelecida a intenção de eliminar o déficit primário para o ano que se iniciou, Haddad está comunicando para o conjunto da sociedade que precisa dar um verdadeiro cavalo de pau na condução da política econômica. Essa constatação óbvia decorre da verificação que, ao longo dos 12 meses de 2023, o governo contabilizou um déficit primário que deverá se situar acima de R\$ 200 bilhões. Ora, ao se propor a zerar esse movimento, a conclusão é que haverá ainda mais restrição e contingenciamento nas despesas públicas em 2024 para que o tal sacrossanto equilíbrio de fato seja alcançado.

Porém, as dificuldades para se levar em frente tal forma suicida de condução da execução orçamentária são mais do que evidentes. Tanto que alguns responsáveis de segundo escalão das pastas da economia já aventam abertamente a possibilidade de recorrer à eliminação dos pisos constitucionais para os orçamentos da saúde e da educação. Trata-se de uma verdadeira loucura, que nem mesmo nenhum governo de direita ousou ou conseguiu realizar até os dias de hoje. Os parlamentares do conservadorismo e do fisiologismo, que não são bobos nem nada, optaram por outro caminho. De público se dizem favoráveis às medidas de responsabilidade fiscal e de austeridade. Mas na prática votaram medidas para inflar as emendas secretas do orçamento e para aumentar as rubricas do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário. Para viabilizar tal malabarismo, reduziram as despesas previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

ZERAR O DÉFICIT: META EQUIVOCADA E IRREALISTA

No entanto, poucos dias

depois da passagem do ano novo, começa a se tornar evidente para os próprios responsáveis da Fazenda que não basta bater forte no peito para se definir como um ardoroso devoto da padroeira da responsabilidade fiscal. Aos poucos, percebe-se que as intenções de elevação de receita matreiramente embutidas pela equipe econômica nas estimativas das fontes tributárias muito provavelmente não serão alcançadas. Com isso, confirma-se aquilo que os economistas progressistas já vínhamos alertando há muito tempo. Ou o governo será obrigado a realizar uma compressão ainda mais violenta das despesas ou então ele recua e reconhece que a meta fiscal de equilíbrio primário não será cumprida.

Aliás, esse foi o tom das declarações do interino da Fazenda, quando afirmou:

(...) “Se novas medidas não forem possíveis, eventualmente tem de mexer na meta, claro. Vai fazer o quê? Mágica? Tem de ir vencendo as barreiras” (...) “Todas as providências vão ser tomadas para a gente fechar o Orçamento. Se, de fato, o que estamos apresentando não vingar, não resta alternativa: tem de mexer na meta” (...) [GN]

Tais afirmações apresentam um tom bastante distinto de tudo aquilo que o titular da pasta vinha manifestando antes da virada do ano.

(...) “perseguir a meta fiscal é um sinal de compromisso do governo com as contas públicas do país” (...) “Eu falo isso porque resultado fiscal não é da cabeça do ministro da Fazenda nem do desejo do presidente da República” (...)

Para além dos equívocos embutidos na adoção do reequilíbrio do austericídio e do neoliberalismo dentro de um governo que se supõe progressista e desenvolvimentista, o fato de Haddad se agarrar de forma quase neurótica à meta de zerar o déficit fiscal embute um compromisso indefensável com os interesses do sistema financeiro. Isso porque o singelo adjetivo “primário” esconde uma completa inversão de valores no uso das despesas públicas em nossos países.

Leia a continuação do artigo no site do HP: <https://horadopovo.com.br/deficit-zero-ainda-ha-tempo-de-reverter-o-desastre-por-paulo-kliass/>

PAULO KLIASS é Doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Artigo reproduzido do site OUTRASPALAVRAS

A professora da UFRJ alerta que “ninguém na empresa está preocupado com a perda de eficiência operacional”. “A decisão traz maiores riscos de mais incidentes que levem a interrupções no fornecimento de eletricidade”, acrescentou a especialista em energia

A decisão da direção da Eletrobrás e de sua assembleia de acionistas, tomada apressadamente, na quinta-feira (11), de extinguir a antiga subsidiária de Furnas, representa um atropelo ao sistema elétrico do país e ao governo, que está questionando no Supremo Tribunal Federal a representatividade da composição acionária da ex-estatal de energia.

OPERAÇÃO FINANCEIRA

A professora da UFRJ e diretora do Instituto Illumina, Clarice Ferraz, afirmou em entrevista ao HP, neste domingo (14), que a decisão dos controladores da Eletrobrás “é basicamente uma operação financeira em detrimento da segurança do abastecimento”.

Para a economista, especialista em energia, a assembleia tomou uma decisão extremamente prejudicial para o setor elétrico brasileiro. “A extinção de Furnas traz maiores riscos de mais incidentes que levem a interrupções no fornecimento de eletricidade”, apontou. A subsidiária de Furnas, extinta pela decisão da assembleia dos acionistas, é uma subsidiária gigante e tem atuação em geração, transmissão e comercialização de energia em 15 estados e no Distrito Federal.

Clarice chama a atenção para as dificuldades que a extinção de Furnas vai trazer para a regionalização das operações do sistema. Em sua opinião, os dirigentes da Eletrobrás estão mais preocupados com os resultados financeiros do que com a qualidade e a segurança do sistema. “Só falam de eficiência financeira”, observa a professora.

PERDA DE EFICIÊNCIA

“Ninguém na empresa questiona a perda de eficiência operacional, crucial para a integração adequada e segura das fontes renováveis (observando os impactos ecológicos e tarifários), nem o comprometimento da segurança de abastecimento”, destacou a docente da UFRJ, numa crítica à ganância dos grupos que passaram a controlar a Eletrobrás. A extinção de Furnas trará também, segundo a especialista, muitas dificuldades para o controle dos reservatórios e do seu entorno.

O adequado controle dos reservatórios das hidrelétricas é crucial, não apenas para a melhor controle dos impactos ecológicos da utilização dessas águas pelas empresas, como também na garantia da regularidade da oferta energética durante as oscilações de oferta, características das fontes eólicas e fotovoltaicas. Os reservatórios podem cumprir muito melhor esta função do que as usinas termoeletricas, que são mais caras e poluentes.

A especialista chama a atenção também para “o desmonte dos laboratórios de tecnologia dos sistema, como

o localizado em Goiânia, mantidos por Furnas”. Clarice destaca que “a Eletrobrás já está avançando com o desmonte da estrutura, enquanto também esvazia o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)”.

“De produtores de tecnologia passamos a ser vulneráveis consumidores de tecnologias importadas”, denuncia a professora.

CORTE DE PESSOAL E INVESTIMENTOS

Ela fez duras críticas também à privatização da Eletrobrás. “A operação busca a maximização de lucros de curto prazo, obtida de forma simplória, com cortes de pessoal, manutenção e investimentos”, apontou. “Tudo que vem ocorrendo em consequência da privatização, só trouxe malefícios. É uma ameaça ao desenvolvimento econômico e social e enseja enfraquecimento geopolítico do Brasil, diante da perda de soberania energética que se agudiza”, prosseguiu a diretora do Instituto Illumina.

O Planalto questiona a constitucionalidade de uma cláusula constante no processo de privatização da Eletrobrás que definiu que, mesmo sendo portador de 42,6% das ações da empresa com direito a voto, o governo só poder se manifestar com apenas 10% dessas ações.

O descalabro é tanto, que mesmo possuindo quase metade das ações, o governo não tem, por exemplo, nenhum representante na diretoria ou no conselho de administração da empresa. Entre os novos donos da Eletrobrás está o trio de bilionários Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles – os mesmos que quebraram as Lojas Americanas.

LIMINAR PERMITIU ASSEMBLEIA

A decisão do comando da Eletrobrás só conseguiu se concretizar por conta de uma liminar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, autorizando a realização da assembleia dos acionistas.

A Associação dos Empregados de Furnas (Asef) também repudiou a decisão e já anunciou que vai recorrer contra a extinção e incorporação de Furnas à Eletrobrás. O diretor da organização da Asef, Victor Costa, informou que a entidade vai fazer um recurso contra a decisão de Alexandre de Moraes, levando-a para uma Turma do Supremo.

“A gente não vai desistir, vamos recorrer e ir até as últimas instâncias para fazer a defesa dos trabalhadores de Furnas, da Eletrobrás e, principalmente, da soberania nacional e energética”. Desde sua privatização, em 2022, a Eletrobrás já demitiu mais de 4 mil funcionários através de um Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Inadimplência é recorde em 2023, segundo Confederação do Comércio

“A proporção de famílias com dívidas atrasadas foi mais expressiva entre as famílias de menor renda, que sofreram mais com o alto nível de juros e preços”, destacou a entidade nacional

Em 2023, o contingente de famílias com dívidas em atraso chegou a 29,5% do total de lares no país. Essa é a maior proporção de inadimplentes desde 2010, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“A proporção de famílias com dívidas atrasadas foi mais expressiva entre as famílias de menor renda, que sofreram mais com o alto nível de juros e preços, especialmente no grupo de despesas de maior peso nos orçamentos desses consumidores”, destacou a CNC no relatório da pesquisa, divulgado na quinta-feira (12).

Em 2023, a taxa de endividamento ficou em 77,8% da população, o que representa uma ligeira queda de 0,1% frente ao ano anterior (-108 mil a menos de endividados). Essa é a primeira queda deste indicador em 4 anos. No entanto, as famílias mais pobres estão no topo da lista de endividados, aponta a pesquisa da CNC.

“Duas em cada dez se sentem muito endividadas (22,2%). Isso confirma que as famílias de baixa renda estão mais vulneráveis às variações de juros e renda do que aquelas de maior renda”, diz outro trecho do documento.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/inadimplencia-bate-recorde-em-2023-diz-cnc/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua Mazzini, 177 Cambuci - CEP: 01528-000 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@gmail.com C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000 **SUCURSAIS:** Rio de Janeiro (RJ): IBICS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hpri@oi.com.br Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823 **Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/Marinha do Brasil

Comandante da Marinha e o ministro da Defesa

Marinha lança o submarino Humaitá para monitorar e reforçar a defesa do litoral

A Marinha Brasileira lançou e incorporou à sua frota, nesta sexta-feira (12), o submarino Humaitá, segundo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), com propulsão diesel-elétrica e capacidade de ficar submerso por cinco dias.

Segundo a Marinha, o submarino reforçará a proteção e a defesa das riquezas da costa brasileira, ou Amazônia Azul.

O comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, e o ministro da Defesa, José Múcio, participaram da cerimônia, realizada no complexo naval de Itaguaí, na Baixada Fluminense.

O Humaitá tem 71,6 metros de comprimento, 6,2 metros de diâmetro e capacidade de comportar uma tripulação de 35 pessoas. O submarino pode atingir uma profundidade de 300 metros e é capaz de ficar cinco dias submerso, além de 70 dias no mar.

Ele é o segundo submarino desenvolvido e construído no âmbito do PROSUB, sendo o primeiro o Riachuelo. O PROSUB, lançado em 2008 pelo presidente Lula, é um programa de parceria com a França para o desenvolvimento de cinco submarinos, quatro convencionais e um de propulsão nuclear.

O Humaitá foi lançado ao mar no fim de 2020 e, a partir de então, foi submetido a diversos testes, como de flutuação, imersão e propulsão, além de lançamentos de torpedos.

O projeto foi feito pela francesa Naval Group, enquanto a construção foi realizada pela Itaguaí Construções Navais, empresa que foi criada em 2009 pelo acordo entre Brasil e França.

INDÚSTRIA NACIONAL

José Múcio, em discurso no evento, disse que a construção do complexo naval de Itaguaí e a produção de dois submarinos atestam “a nossa capacidade de desenvolvimento, quando estão presentes o comprometimento, a capacitação e a integração dos esforços”.

O ministro se comprometeu a fazer “o que estiver ao nosso alcance para manter essa linha de produção ativa, garantindo o funcionamento dessa excepcional capacidade industrial instalada e a retenção dessa mão-de-obra altamente capacitada”.

“O fortalecimento de nossas Forças Armadas é que garante as condições para o país manter sua tradicional postura pacífica no complexo ambiente das relações internacionais”, acrescentou.

O almirante Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha, comentou que a construção dos quatro submarinos convencionais “atendem precipuamente a uma transferência de tecnologia que nos possibilita construir um Submarino Convencional Armado com Propulsão Nuclear, que certamente permitirá ao País um nível de interlocução compatível com a estatura político-estratégica do Brasil”.

“O país precisa ter condições de monitorar e exercer a proteção das nossas riquezas”, afirmou.

O chefe do estado-maior da Marinha, almirante André Luiz Silva Lima de Santana Mendes, destacou que o PROSUB “permite ao país desenvolver, de maneira autóctone, tecnologias inovadoras, aliado à nacionalização de sistemas e equipamentos, resultando em significativo ganho para a indústria nacional”.

No processo de desenvolvimento e produção dos submarinos, “múltiplos setores da economia” foram beneficiados.

Desigualdade é a inimiga da democracia, diz Lula no dia 8



Reprodução

“Democracia para poucos não é bem democracia”, afirmou o presidente da República

Brasil apoia África do Sul na Corte de Haia contra genocídio em Gaza

O Itamaraty anunciou nesta quarta-feira (10) o apoio do Brasil à ação apresentada pela África do Sul contra Israel à Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU, por violação, perpetrada em Gaza, da Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, conforme comunicado emitido após o presidente Lula receber no Palácio do Planalto o embaixador palestino, Ibrahim Alzeben. A primeira audiência da ação ocorrerá na quinta-feira (11) em Haia, na Holanda.

O Ministério das Relações Exteriores brasileiro assinalou que o presidente Lula apoia a iniciativa sul-africana para que a Corte Internacional de Justiça “determine” a Israel que pare atos e medidas que possam configurar genocídio. O ministro Mauro Vieira, e o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, acompanharam a reunião.

“A luz das flagrantes violações ao direito internacional humanitário, o presidente manifestou seu apoio à iniciativa da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça para que determine que Israel cesse imediatamente todos os atos e medidas que possam constituir genocídio ou crimes relacionados nos termos da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio”, sublinha o documento, que acrescenta que já são “mais de três meses da presente crise”.

A África do Sul – país que tem a autoridade moral de ter lutado por décadas e derrotado o apartheid – apresentou sua ação à Corte de Haia no dia 29 de dezembro de 2023, que recebeu o endosso da Organização de Cooperação Islâmica (OIC), que congrega as 53 nações de maioria muçumana, da Jordânia, Turquia, Malásia e Bolívia, bem como o de

centenas de juristas, personalidades e entidades do mundo inteiro. Em 84 páginas, a África do Sul demonstra a assombrosa amplitude dos crimes cometidos pelas tropas invasoras contra a população de Gaza – como os mais de 23 mil mortos e mais de 59 mil feridos, a maioria crianças e mulheres; a expulsão de quase 2 milhões de pessoas de seus lares; o bombardeio de hospitais, escolas da ONU, mesquitas e igrejas, casas e padarias; o corte de água, comida, remédios e combustível à população inteira do enclave, para provocar fome e forçar a população a deixar Gaza; o assassinato de um número jamais visto de jornalistas, bem como funcionários da ONU e pessoal médico.

O que vem acompanhado por extensa reprodução de declarações feitas pelas mais altas instâncias de Israel, do presidente ao primeiro-ministro, do ministro da Defesa ao ministro da Agricultura, em que abertamente incitam ao genocídio e à limpeza étnica dos palestinos. Entre elas, a afirmação do presidente Isaac Herzog de que toda a população de Gaza, incluindo cerca de 1 milhão de crianças, é “responsável” pelo ataque do Hamas e, como tal, são alvos militares legítimos; a declaração do ministro da Defesa, Yoav Gallant, de que “liberou todas as restrições” aos militares para combater os “animais humanos” de Gaza; a exigência do ministro da Energia, Israel Katz, de que “toda a população civil em Gaza seja ordenada a sair imediatamente”; a conclamação do ministro da Agricultura, Avi Dichter, à “Nakba de Gaza”; e a convocação do vice-presidente do parlamento, Nissim Vaturi, a “apagar a Faixa de Gaza da face da Terra”.

“Expressamos nossa gratidão ao Brasil, ao senhor presidente, pela posição de apoio à Solução de Dois Estados, pelo fim do conflito, agressão e genocídio ao povo palestino em Gaza e a repressões e agressões na Cisjordânia e em Jerusalém. Coincidimos em vários pontos de que a paz é a única solução para o conflito e a criação do Estado da Palestina são imperativos que tem que ser criado e respeitado baseado no direito internacional humanitário”, disse.

Jandira defende punição para “Israel e seus patrocinadores pelo genocídio contra palestinos”

A deputada federal Jandira Feghali (RJ), líder da bancada do PCdoB, afirmou em rede social que Israel e os Estados Unidos atacam outros países do Oriente Médio, como a Palestina e o Iêmen, para “desestabilizar social e economicamente a região, estimulando uma guerra de grandes proporções”.

“A solidariedade à Palestina vem de longa data, assim como o repúdio aos bombardeios que vem dizimando um povo, matando mais de 23 mil pessoas e deixando quase 60 mil feridos. Não ficarão impunes! Esperamos que os países cúmplices do genocídio palestino, hoje alvo de julgamento no Tribunal de Haia, sejam responsabilizados”, completou Jandira.

“É absurda a tentativa de Israel e seus patrocinadores de atacar a soberania de países do Oriente Médio, na clara intenção de desestabilizar social e economicamente a região, estimulando uma guerra de grandes proporções. Os ataques reiterados a países como Palestina,

Presidente falou durante o evento realizado no Congresso Nacional um ano após a investida golpista contra as instituições republicanas

“A fome é inimiga da democracia. Não haverá democracia plena enquanto persistirem as desigualdades, seja de renda, raça, gênero, orientação sexual, acesso à saúde, educação e demais serviços públicos”, afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o ato intitulado ‘Democracia Inabalada’ que transcorreu neste 8 de janeiro, exatamente um ano após a turba bolsanarista tentar, sem sucesso, um golpe de Estado no País.

Na ocasião, golpistas que não aceitaram a derrota nas eleições de 2022 invadiram e depredaram as sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto.

Em seu pronunciamento, o presidente alertou que “democracia para poucos não é bem uma democracia”, lembrando que “uma criança sem acesso à educação não saberá jamais o significado da palavra democracia”.

E acrescentou: “um pai ou uma mãe de família no semáforo empunhando um cartaz escrito ‘me ajude pelo amor de Deus’ tampouco saberá o que é a democracia”.

“NÃO AO FASCISMO”

“Quero, em primeiro lugar saudar todos os brasileiros e as brasileiras que se colocaram acima das divergências para dizer um eloquente não ao fascismo. Porque somente na democracia as divergências podem coexistir em paz”, disse Lula sobre a tentativa de golpe, acrescentando que a “coragem de parlamentares, governadores, ministros do STF, militares legalistas e a maioria do povo brasileiro garantiu que nessa segunda-feira fosse possível celebrar a vitória da democracia sobre o autoritarismo”.

O presidente também disse que, caso a “tentativa de golpe” fosse bem sucedida, o país estaria, hoje, imerso no caos social e econômico, ressaltando as ameaças sobre a Amazônia brasileira.

“A essa altura, o Brasil estaria mergulhado no caos econômico e social e o combate à fome e às desigualdades teriam voltado à estaca zero. Nosso país estaria novamente isolado do mundo, e a Amazônia, em pouco tempo, reduzida às cinzas para a boiada e o garimpo ilegal passarem. Adversários políticos e autoridades constituídas poderiam ser fuzilados ou enforcado em praça pública a julgar por aquilo que o ex-presidente golpista e seus seguidores clamam nas redes sociais”, afirmou.

“Todos aqueles que financiaram, planejaram e executaram a tentativa de golpe devem ser exemplarmente punidos. Não há perdão para quem atenta contra a democracia, contra o país e contra o seu próprio povo”, defendeu. “O perdão soaria como impunidade e a impunidade como salvo conduto para novos atos terroristas no nosso país”, sentenciou.

ODIO FOI “COMBUSTÍVEL”

Segundo Lula, os discursos de ódio vitimaram o 8 de janeiro de 2023, defendendo uma regulamentação das redes sociais, sem a qual a democracia estará ameaçada permanentemente. Para o presidente, não há democracia sem liberdade, mas essa liberdade não significa permissão para atentar contra a democracia.

“Liberdade não é uma autorização para espalhar mentiras sobre as vacinas nas redes sociais, o que pode ter levado centenas de milhares de brasileiros à morte por Covid. Liberdade não é o direito de pregar a instalação de um regime autoritário e o assassinato de adversários. As mentiras, a desinformação e os discursos de ódio foram o combustível para o 8 de janeiro. Nossa democracia estará sob constante ameaça, enquanto não formos firmes na regulação das redes sociais”, disse Lula.

Em seu pronunciamento, Lula fez uma homenagem às forças de segurança, em especial do Parlamento, “que, mesmo em minoria, se recusaram a aderir ao golpe e arriscaram suas vidas no cumprimento do dever”.

Ao iniciar seu discurso, Lula fez uma deferência ao papel “muito importante na democracia do país” do ex-presidente José Sarney, presente ao evento, destacou a lisura das urnas eletrônicas e encerrou o pronunciamento com a frase: “Viva a democracia, democracia, sempre!”.

“PACIFICAÇÃO DO PAÍS”

O senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso Nacional, ao falar em nomes dos parlamentares federais, reafirmou o compromisso com a democracia e ressaltou que os atos golpistas não representaram uma vontade popular.

“Os inimigos da democracia disseminam ódio para enganar e recrutar uma parcela da sociedade. Os inimigos da democracia usam um falso discurso político para ascender ao poder, para nele se manter de maneira ilegítima e para dissimular suas reais intenções”, disse o senador.

“As instituições republicanas, por outro lado, são verdadeiramente fortes — fortes, porque respaldadas pelo mais elementar dos poderes, aquele que emana do povo. E quem tem força não precisa demonstrá-la de maneira vã”, defendeu Pacheco. Ele também anunciou a retirada das grades que cercam o Congresso Nacional, em um ato simbólico.

“ODIO NUNCA MAIS”

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, também pregou a pacificação afirmando que “a invasão (promovida pelos golpistas nas sedes dos 3 poderes) não foi um fato isolado, sendo precedida de anos de ataques às instituições, ofensas a seus integrantes, ameaças de naturezas diversas e disseminação de ódio e mentiras”.

“Que venha um tempo de pacificação no qual as pessoas que pensam de maneira diferente possam sentar na mesma mesa e expor seus argumentos sem se ofenderem ou se desqualificarem”, falou o ministro. “Precisamos de um choque de civilidade no país. Ódio nunca mais”, pediu.

“Banalizou-se o mal. Não há mais espaço na vida brasileira para quarteladas”, defendeu Barroso.

“DEMOCRACIA VENDEU”

Por sua vez, o ministro do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, destacou a união entre os Poderes para enfrentar os efeitos dos ataques. “A democracia venceu. O estado constitucional prevaleceu”, disse o ministro.

“Hoje também é momento de reafirmar para o presente, que somos um único povo, que brasileiros e brasileiras devem estar no centro de todas as instituições. A democracia não nos permite confundir paz e união com impunidade”, continuou o ministro.

Moraes também defendeu a responsabilização dos autores e daqueles que “pactuaram” com a investida golpista. “Apaziguamento não representa paz, nem união”, disse.

O discurso do presidente do TSE foi recheado de críticas às redes sociais, que defendeu a regulamentação das plataformas. “O que vale para o mundo real deve valer para o mundo digital”, destacou Moraes.

UNIÃO PELA DEMOCRACIA

Além dos chefes dos Poderes, marcaram presença no evento quase todos os ministros de Estado, os comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea), governadores, prefeitos, juristas e parlamentares federais, além de representantes de organizações sociais. A governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, falou em nome dos governadores.

A ex-ministra Rosa Weber, do STF, que ocupava a Presidência do Supremo durante os atos antidemocráticos, foi bastante homenageada nos pronunciamentos realizados em um ato que contou com a presença de cerca de 500 pessoas.

O ato foi precedido pela reintegração simbólica ao patrimônio público de uma tapeçaria de Burle Marx e de uma réplica da Constituição Federal de 1988, do qual participaram os chefes dos 3 poderes republicanos.

A obra de Burle Marx foi criada em 1973 e vandalizada durante a invasão do Palácio do Congresso Nacional em 8 de janeiro. Após minucioso trabalho de restauração, a tapeçaria voltou ao patrimônio do Senado. Já a réplica da Constituição foi recuperada, sem qualquer dano, após ter sido furtada da sede do Supremo, também no dia 8 de janeiro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era aguardado, mas alegou um problema de saúde de um familiar, e não compareceu.

No evento, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, entouo o Hino Nacional e foi exibido um vídeo com imagens da depredação e da recuperação dos prédios dos Três Poderes.

PGR cita corrupção de Ramage na Abin sob o governo Bolsonaro

O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), além de caótico, foi atravessado por corrupção, de cima abaixo.

Eis que surgem indícios de desvios graves na Abin (Agência Brasileira de Inteligência) praticados pelo ex-diretor-geral e que a PGR (Procuradoria-Geral da República) suspeita de que Alexandre Ramage esteja por trás disso.

A PGR desconfia que o agora deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro tenha sido corrompido para evitar a divulgação de informações sobre o uso irregular do software espião durante a gestão dele como diretor na Abin. Estas informações são do jornal Folha de S.Paulo.

Além de ter estado no comando da agência durante o governo

Jair Bolsonaro, Ramage também é apoiado pelo ex-presidente na intenção de o deputado se candidatar à Prefeitura do Rio de Janeiro.

As suspeitas relacionadas a Ramage foram utilizadas pelos investigadores da PF (Polícia Federal) para deflagrar a Operação Última Milha, em outubro de 2023, que prendeu oficiais da Abin e afastou servidores.

Os investigados são suspeitos de participação na compra e uso do FirstMile, software capaz de monitorar a geolocalização de aparelhos celulares.

Apesar de ser citado pela PGR, Ramage não foi alvo da ação. No entanto, ele é citado no inquérito relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

PGR revisará ações arquivadas contra Bolsonaro por crimes na pandemia

Segundo Gonet, há elementos para que se reveja o “que deixou de ser feito” por Aras e Lindôra, que pediram arquivamento das denúncias feitas pela CPI da Covid às vésperas da campanha eleitoral

Éis que a mudança de procurador-geral da República, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em dezembro passado, parece começar a fazer efeito. É o que se demonstra em relação às ações de Paulo Gonet.

O novo PGR, Paulo Gonet, confirmou que está revendo todas as ações arquivadas pelo antecessor, Augusto Aras, e a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, com foco nos crimes cometidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia da covid-19, entre 2020 e 2021.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, na GloboNews, o PGR afirmou que há elementos para que se reveja o “que deixou de ser feito” por Aras e Lindôra.

“Nós temos, inclusive, dados da CPI [do Senado, realizada entre abril e outubro de 2021] para serem avaliados, decisões do Supremo mandando para a Procuradoria, elementos, achados que foram feitos no Congresso durante esse período”, afirmou Gonet.

E completou: “Vamos reanalisar aquilo que for possível realizar ainda em termos de análise e de repercussão jurídica do que foi feito, e do que deixou de ser feito”.

INAÇÃO E OMISSÃO

Alinhada ao bolsonarismo, Lindôra Araújo foi delegada por Aras para analisar os pedidos de investigação contra Bolsonaro relacionados à inação e omissão do governo contra a covid.

Em 25 de julho passado, às vésperas do início da campanha eleitoral nas ruas, a subprocuradora emitiu parecer dizendo que Bolsonaro não cometeu os crimes de prevaricação, charlatanismo, utilização irregular de verbas públicas, infração de medida sanitária e epidemia (como resultado da atuação do governo federal na pandemia), listados no relatório final da CPI da Covid.

Para Lindôra, não houve indícios, informações e outros elementos básicos para que as ações fossem levadas adiante.

SEGUNDO LINDÔRA

Sobre a divulgação do uso da cloroquina, por exemplo, a procuradora afirmou que o mandatário “sinceramente” pensava que o medicamento ajudaria no combate ao vírus, o que descartaria a acusação de charlatanismo, no parecer dela.

Em estudo divulgado recentemente pela revista “Biomédicine et Pharmacotherapy”, pesquisadores de Lyon (França) afirmam que o uso do medicamento provocou matança em países como França, EUA, Bélgica, Itália, Espanha e Turquia.

8 DE JANEIRO

Gonet ainda sinalizou que deve aprofundar as investigações

sobre os atos golpistas de 8 de janeiro para chegar às “pessoas que contribuíram de forma decisiva para os malfeitos fora do espectro da nossa atuação”, mirando Bolsonaro.

“Não adianta ficar apenas com o executor e deixar outras pessoas que contribuíram de forma decisiva para os malfeitos fora do espectro da nossa atuação. Há muitas medidas em andamento, que ainda estão sob sigilo. O que eu posso dizer é que o propósito de todos os envolvidos na apuração desses fatos é de ir às últimas consequências. É como eu disse, atuar de modo republicano. Quem tem o que explicar vai precisar explicar”.

“Nós não vamos fazer julgamentos e dizer: ‘olha, você deve ter cometido isso. Então nós vamos punir’. Não, é atuar sempre de acordo com os parâmetros da Constituição, com respeito ao devido processo legal, o respeito da eficiência da Administração que, muitas vezes, impõe a necessidade de sigilos, o respeito ao direito de defesa. Tudo isso vai ser levado em consideração nas nossas atuações. Mas a nossa atuação vai procurar ser a mais completa que os fatos lhe permitirem”, enfatizou.

“CONSERVADORISMO”

Gonet ainda rebateu as críticas sobre “conservadorismo” dele, alvo de senadores alinhados ao governo Lula durante a sabbatina no Congresso Nacional, em dezembro.

“Não gosto dessas definições conservador e progressista. Não conheço ninguém que seja sempre conservador, nem ninguém que seja sempre progressista. Eu não consigo raciocinar em termos desses rótulos progressistas ou conservadores. As nossas tradições têm qualidades que devem ser preservadas e nós também temos sempre que progredir. Eu não faço esses rótulos porque são redutores. E tudo que é redutor é ruim, é contrário à dignidade”.

Sobre a conversa com Lula, que selou o convite para que assumisse a PGR, Gonet disse que ficou “feliz” com a resposta dada para a única pergunta feita pelo presidente.

“Ele perguntou o que eu achava que era o papel do procurador-geral. Eu disse: o título diz tudo. É procurador-geral da República. Não é um representante sindical da carreira, não é procurador-geral de um partido, não é o procurador-geral de um governo. Ele é um procurador-geral da República. O que é a República?”.

“E o conjunto dos melhores valores de convivência que a civilização consegue nos oferecer neste momento e que estão todos eles ali transcluídos na Constituição. Fiquei feliz de constatar que era exatamente o pensamento do presidente da República”, completou.

M. V.



“Nós temos dados da CPI para serem avaliados”, ressaltou Paulo Gonet



Baixada Fluminense ficou alagada após chuvas que atingiram o Estado

Claudio Castro volta da Disney e diz que tragédia que matou 12 pessoas no Rio é “nosso novo normal”

Enquanto fortes chuvas inundavam o estado do Rio de Janeiro deixando doze mortos, pessoas sem casa e ruas alagadas principalmente na Baixada Fluminense, o governador Cláudio Castro (PL) estava de férias em Orlando, na Flórida. Até este domingo quando embarcou de volta para casa — o Palácio da Guanabara estava sendo chefiado pelo vice-governador, Thiago Pamplona (MDB).

Castro ainda culpou o fenômeno climático El Niño pelas fortes chuvas no Estado durante o final de semana.

“Com esta nova realidade do El Niño, infelizmente este é o nosso novo normal. E por isso, o Estado e as cidades têm de ser cada dia mais resilientes”, disse Castro nesta ao jornal O Estado de S. Paulo.

O fenômeno ocorre pelo aquecimento acima do nor-

mal das águas do Oceano Pacífico próximas à Linha do Equador. Essa mudança altera a circulação dos ventos e a formação das chuvas em diferentes regiões do planeta, porém, tudo isso já era sabido meses e até anos antes do desastre que aconteceu nos últimos dias no Rio de Janeiro.

Depois da escalada de mortes, Castro interrompeu suas férias nos Estados Unidos para coordenar in loco as ações de enfrentamento ao temporal. Como 1º compromisso da volta, o governador se reuniu com representantes dos órgãos envolvidos na força-tarefa.

Chegou a 12 o número de mortos pelo temporal que atingiu o Rio de Janeiro no fim de semana. A última vítima encontrada é um morador do Chapadão, na Pavuna, na Zona Norte do Rio. Ele foi arrastado pela correnteza, e seu corpo foi achado no bairro São Matheus, em São João de Meriti, na

Baixada Fluminense.

Dois pessoas estão desaparecidas, segundo o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil do Estado: Elaine Cristina Souza Gomes, que teve o carro arrastado pela enxurrada após a subida do rio Botas, em Belford Roxo; e um homem que foi arrastado pela correnteza no Chapadão. Ele ainda não foi identificado.

O estacionamento do Hospital Ronaldo Gazolla, em Acari, na Zona Norte, foi alagado e a energia só foi restabelecida de manhã, informou o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). A Avenida Brasil também foi interditada por causa de alagamentos e liberada no fim da manhã. As estações Pavuna, Engenheiro Rubens Paiva, Acari Fazenda Botafogo e Coelho Neto da Linha 2 do Metrô estão temporariamente fechadas por causa do transbordamento do rio Acari.

JÚRI POPULAR

A juíza Lourdes da Silva decidiu, em novembro de 2022, que os seis acusados de participarem da morte de João Alberto Freitas, conhecido como Beto Freitas, no dia 19 de novembro de 2020, devem responder ao caso em júri popular.

A magistrada compreendeu que existem provas suficientes, como os laudos médicos e as imagens, de que João Alberto foi morto por “asfixia mecânica por sufocação indireta”. Os seis réus do caso, Kleiton Santos, Magno Borges, Adriana Dutra, Giovane da Silva, Paulo da Silva e Rafael Rezende vão responder por homicídio triplamente qualificado, em razão do ato ter motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima.

Magno Borges Giovane da Silva tiveram a prisão mantida pela juíza, assim como Adriana Dutra, que segue em prisão domiciliar. O Ministério Público, responsável por acusar os seis envolvidos, acredita que Beto Freitas foi morto por conta da sua condição social e racial. A defesa dos réus alegaram legítima defesa, por afirmarem terem sido golpeados por Beto.

O júri popular é visto com bons olhos pelos advogados que defendem a família de João Alberto Freitas. Por conta da comoção acerca do crime, há a expectativa de responsabilização dos agressores diante dessa modalidade de julgamento, que conta com a participação de membros da sociedade civil. A condenação dos agressores pode ser vista como uma atuação do judiciário no combate ao racismo.

A defesa dos agressores tem tentado desqualificar Beto Freitas o descrevendo como um homem violento e que usava frequentemente substâncias ilícitas.

Os advogados de defesa dos agressores de João Alberto Freitas recorreram em primeira instância da decisão da juíza Lourdes da Silva e pedem nulidade do processo, ou seja, que o fato seja analisado novamente desde o início e o caso não vá para júri popular.

As defesas de Kleiton Santos, Magno Borges, Adriana Dutra, Giovane da Silva, Paulo da Silva e Rafael Rezende pedem ações variadas, em alguns casos a absolvição, em outros que o crime não seja analisado como homicídio doloso, quando há intenção de matar, e seja observado como lesão corporal ou homicídio culposo, quando não há intenção de tirar a vida da vítima.

Governo anuncia investimento e estrutura permanente para proteção de território yanomami

O governo federal irá implementar uma nova fase de proteção do território yanomami, que contará com presença permanente de órgãos de segurança e investimento de R\$ 1,2 bilhão de reais em 2024, conforme anunciou o ministro da Casa Civil, Rui Costa, nesta terça-feira (9).

Segundo o ministro, a ideia é criar uma estrutura local, chamada de Casa de Governo, que concentre todos os órgãos federais envolvidos na proteção, segurança e ações estruturantes da região, para gerenciar presencialmente a nova fase de medidas definitivas e evitar eventuais invasões de terra.

A nova estratégia representa um avanço em relação às medidas emergenciais adotadas há cerca de um ano, quando veio à tona a crise humanitária do povo indígena, acrescentou.

“Nós saímos de um ano com um conjunto de ações emergenciais para um 2024 de implementação de ações permanentes e estruturantes naquela região. Essa é a mudança de página que estamos fazendo a partir dessa reunião”, disse o ministro da Casa Civil após reunião nesta terça-feira com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que contou com a presença de mais doze ministros, além de dirigentes de órgãos governamentais relacionados à proteção do território indígena.

“Junto com o Ministério da Defesa e a Polícia Federal, iremos estruturar a ocupação das Forças Armadas e da PF na região. Não de forma provisória, ou ação emergencial, mas com presença definitiva para retirar invasores. Isso, inclusive, na área de controle do território e de segurança pública”, destacou.

Em janeiro do ano passado, logo após Lula tomar posse, imagens chocantes de crianças e adultos yanomami em situação de grave inanição chamaram a atenção para a crise humanitária que assolou o território indígena.

A crise levou o governo a adotar medidas emergenciais para expulsar garimpeiros ilegais da região, declarar emergência de saúde para os yanomami e colocar em prática uma força-tarefa envolvendo militares, policiais, órgãos de proteção do meio ambiente e dos povos indígenas para retirar os invasores, que voltaram a ocupar as regiões do Amazonas e Roraima, sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que defendia a mineração em terras indígenas e cujo governo fechou os olhos para invasões de reservas por garimpeiros e madeireiros ilegais.

Segundo o ministro da Casa Civil, foram realizadas mais de 400 operações, que resultaram na apreensão de mais de R\$ 600 milhões em patrimônio e recur-

sos financeiros de grupos ilegais.

A Casa de Governo contará com a participação de órgãos como Funai, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Meio Ambiente, Polícia Federal, Abin, Polícia Rodoviária Federal e Ibama, além do Ministério dos Direitos Humanos e do Ministério da Educação, entre outros.

Na reunião desta terça-feira, Lula afirmou que o encontro serviria para “definir, de uma vez por todas, o que o nosso governo vai fazer para evitar que os indígenas brasileiros continuem sendo vítimas de massacres, do vandalismo, da garimpagem e das pessoas que querem invadir as áreas que estão preservadas e que têm dono e não podem ser utilizadas”. “Vamos tratar a questão indígena e a questão dos Yanomami como uma questão de Estado”, acrescentou.

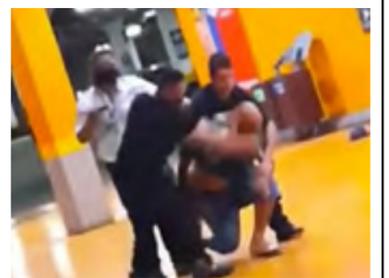
O garimpo é um problema antigo na região. Quando a reserva foi demarcada e reconhecida pelo governo em 1992, as autoridades montaram uma operação para expulsar milhares de garimpeiros. Eles voltaram à área, no entanto, em números expressivos sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que defendia a mineração em terras indígenas e cujo governo fechou os olhos para invasões de reservas por garimpeiros e madeireiros ilegais.



Anúncio foi feito em reunião de Lula com ministros



Um ano após ter sido declarada emergência sanitária no território Yanomami, indígenas ainda enfrentam quadro de desnutrição severa



Beto Freitas foi espancado até a morte em 19 de novembro de 2020

Desembargadora não vê racismo em enforcamento de um homem negro em Carrefour de Porto Alegre

Uma desembargadora no Rio Grande do Sul afirmou que a morte de um homem negro espancado no Carrefour em 2020 não tem a ver com racismo. Rosaura Borba, desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), não acredita que o assassinato de João Alberto Freitas tenha relação com o fato de que o homem de 40 anos era negro e pobre.

Beto Freitas, como era conhecido, foi espancado até a morte no dia 19 de novembro de 2020, em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre, capital gaúcha.

O voto dela, emitido em 12 de dezembro de 2023, abriu espaço para a defesa dos réus recorrerem da decisão e tentarem deixar a acusação contra os agressores mais branda.

O caso está na segunda instância do TJ-RS, ainda com a possibilidade de recorrer em nível federal. O homicídio de João Alberto Freitas se tornou processo depois de denúncia do Ministério Público (MP), que caracterizou o homicídio como de motivo torpe, quando há o entendimento de que o crime foi estimulado por algo supérfluo. O possível preconceito contra Beto, por ser um homem negro e pobre, é visto como uma razão torpe, que torna o crime mais passível de pena.

A decisão em segunda instância, depois da juíza de primeira instância Lourdes da Silva decidir que o caso é um homicídio triplamente qualificado, é resultado de um acórdão, um voto de três desembargadores acerca do caso.

Para o crime contra João Alberto Freitas, dois desembargadores votaram pela continuidade do motivo torpe, por conta de racismo, contra a desembargadora Rosaura Borba.

Com isso, a defesa dos réus recorreu para que mais desembargadores do TJ-RS votem acerca do caso. A expectativa é que o resultado saia ainda no primeiro semestre de 2024.

Para o desembargador Sandro Portal, que também está no caso, “os dados acostados, todavia, não permitem excluir a hipótese de que o ofendido, também por força da cor de sua pele e de sua condição socioeconômica, foi abordado de maneira intensa, não se podendo excluir que também a virulência com que foi contido seja decorrência de sua condição racial”.

Apesar da contestação de Rosaura Borba acerca da motivação torpe, todos os desembargadores entenderam que o caso se trata de um crime de homicídio doloso, quando há intenção de matar. Mantido, esse acórdão encaminha o caso para um júri popular.

Multidão toma ruas de Washington por “cessar-fogo imediato” em Gaza



Barco lotado de drogas localizado no Equador

Dolarização alavanca o narcotráfico no Equador ao facilitar lavagem de dinheiro

País deixou de ser o segundo mais pacífico da América do Sul para ser um dos mais violentos do mundo, com taxa de 46 assassinatos para cada 100 mil habitantes em 2023, um aumento superior a 700% nos últimos seis anos.

A relação entre a dolarização da economia equatoriana e a expansão desenfreada do narcotráfico salta aos olhos, se evidencia na completa ausência do Estado nacional na emissão e controle da moeda – desde o ano 2000, com a supressão do sucre –, facilitando a lavagem de dinheiro.

O uso do dólar como moeda oficial potencializa as transações ilegais. Os números falam por si, aponta o levantamento mais recente do Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (CELAG), citando que “se lavaram cerca de US\$ 3,5 bilhões no sistema financeiro equatoriano durante 2021, quase três vezes os US\$ 1,2 bilhão movimentados anualmente entre 2007 e 2016”. A projeção atual é que o narcotráfico movimente atualmente até 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e ultrapasse os US\$ 5 bilhões.

Questionado durante a campanha eleitoral, o atual presidente Daniel Noboa reconhecia que “o narcoterrorismo havia avançado” pela inexistência de um controle fronteiriço real, pela desproteção dos portos, mas “porque estamos dolarizados”. “Não têm que trocar moeda, simplesmente entram dólares e saem dólares. Não há rastro cambial”, resumiu Noboa.

“A perda de parte da soberania na gestão da moeda é algo que aniquila a arquitetura financeira soberana de qualquer país. Ao não imprimir dólares, você tem que comprar nos EUA. Não é o seu BC que está fornecendo, ele é anulado”.

Em entrevista à ComunicaSul, a ex-presidente da Assembleia Nacional do Equador, Gabriela Rivadeneira, definiu “a dolarização como a pior decisão que se pode tomar para qualquer economia nacional”. “A perda de parte da soberania na gestão da moeda é algo que aniquila a arquitetura financeira soberana de qualquer país”, declarou Gabriela, frisando que “ao não imprimir dólares, você tem que comprar nos Estados Unidos”. “Não é o seu Banco Central que está fornecendo, ele é anulado”.

MAIS MORTES

A advogada Angelica Porras Velasco, da Ação Jurídica Popular, ressaltou que houve um aumento significativo das mortes violentas no país exatamente porque “a dolarização oferece o espaço adequado para a lavagem de dinheiro do narcotráfico”. Se durante o governo de Rafael Correa (2007 a 2017), a proporção de mortes violentas era de cinco para cada 100 mil habitantes, hoje este número subiu para 46 e, em lugares com maior conflito, pode ultrapassar a 100.

O crescimento do narcotráfico chegou a tal ponto, registra a imprensa equatoriana, que em 2021 a proporção da cocaína enviada à Europa desde o Equador alcançou 28%, o dobro dos 14% de 2018. Para avaliar o impacto desse negócio na violência, basta lembrar que em 2021 a taxa de assassinatos era de 14 por cada 100 mil pessoas, quase o dobro do ano anterior.

Na avaliação de Angélica a campanha da Associação dos Bancos do Equador em prol da dolarização apenas expressa o volume escandaloso dos lucros que vêm obtendo com o total descontrole, com o banqueiro e ex-presidente Guillermo Lasso tendo registrado dezenas de milhões de lucros no seu patrimônio. “Os banqueiros estão entre os maiores beneficiários da lavagem do dinheiro do narcotráfico. Isto é fato”, ressaltou.

“O crescimento do dinheiro ilícito no fluxo legal coincide com o processo de desregulamentação do sistema financeiro e com as taxas de lucro superlativas relatadas pelos bancos equatorianos desde 2017. As conclusões do CELAG estão de acordo com análises jornalísticas que garantem que no país lava entre 2% e 5% do PIB anualmente”, acrescenta o documento.

Na investigação citada, o Celag revelou que a quantidade de dinheiro cuja origem não pode ser explicada por nenhuma via legal “cresceu US\$ 27,4 bilhões de 2005 até setembro de 2022”. O fato é que são bilhões de dólares sem qualquer justificativa econômica “nem nos fluxos externos da balança de pagamentos”.

“Há uma renda representativa de dólares em dinheiro que entra através de transações ilícitas de tráfico de drogas (no sistema bancário), e é aí que a economia dolarizada desempenha um papel crucial na lavagem de dinheiro”, explicou um representante do Observatório Equatoriano do Crime Organizado. (OECS) para o site InSight Crime. Segundo a OECO, a lavagem de dinheiro é o segundo crime mais comum no Equador, depois do tráfico de drogas.

Assim, com uma economia dolarizada, “os lucros do narcotráfico nos Estados Unidos podem passar diretamente ao Equador sem necessidade de conversão em comparação com a vizinha Colômbia, onde os controles cambiais rigorosos são uma grande barreira aos fluxos financeiros ilícitos”.

“O capital bancário cresceu quase 14 vezes (mais de 1.200%) nos 21 anos de dolarização. Por outro lado, o PIB nominal do país no mesmo período passou de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 106,1 bilhões, ou seja, um crescimento de 5,8 vezes (480%). É evidente, então, que a quantidade de dinheiro bancário no Equador cresceu a uma taxa muito superior ao crescimento nominal da economia, mais do dobro do que a economia cresceu a preços correntes”, conclui o CELAG. Mesmo esse crescimento não deve ter como base a economia real (indústria e comércio), mas as transações ilícitas.

Para Diane Sarrade, professora na Universidade de Bordeaux, especialista em Equador e pesquisadora do Centro ibérico e ibero-americano da Universidade de Nanterre, “graças ao dólar, a economia do crime é a mais fácil de se desenvolver”.



Washington tem maior manifestação solidária à Palestina desde o 7 de outubro

800 mil manifestantes em Londres exigem o fim do massacre israelense na Faixa de Gaza

Com faixas e cartazes condenando a “covarde agressão”, a “ocupação”, o “massacre” e o “genocídio” praticados por Israel na Faixa de Gaza, 800 mil ingleses tomaram o centro de Londres neste sábado (13), na sétima Marcha Nacional pela Palestina e contra o terrorismo de Estado.

Desde sete de outubro, os bombardeios do governo de Benjamin Netanyahu provocaram cerca de 24 mil mortos e 60 mil feridos – na maioria mulheres e crianças –, deixaram oito mil soterrados e centenas de milhares de contaminados por doenças infecciosas, em meio ao crescimento da fome, da sede e do desespero na maior prisão a céu aberto do mundo.

Em Londres, muitos manifestantes declararam que ao Israel transformar Gaza num “cemitério de crianças”, com mais de 10 mil meninos e meninas assassinados, cresceu sua determinação de participar do protesto. Segundo o professor Faiza, “o crime não apenas demonstra a culpa de Israel, como também daqueles que a apoiam nos EUA e na Grã-Bretanha”.

A marcha londrina ganhou o reforço da “Pequena Amal”, uma marionete gigante de três metros e meio de um menino sírio refugiado que se uniu às crianças palestinas. Amal se converteu em um símbolo da luta pelos direitos humanos após viajar oito



Londrinos rechaçam o bombardeio de Netanyahu

mil quilômetros desde a fronteira turco-síria até Manchester, em julho de 2021.

Apesar da repressão da polícia inglesa, que foi às ruas com cerca de dois mil homens, abusou da imposição de “condições” para o protesto, como a de não se aproximar da Embaixada de Israel, normas para “garantir a ordem e a segurança”, e prisões sem qualquer justificativa, a manifestação pelo cessar-fogo foi vitoriosa.

Conforme o palestino Amir Nizar Zuabi, diretor artístico do “Caminhe com Amal”, “refugiados e Palestina são quase sinônimos”. “Temos uma das populações refugiadas mais antigas do mundo, nossas áreas costeiras, onde estão agora os campos de refugiados, voltam a ser atacadas. Uma das coisas que é tão terrivelmente ruidosa e flagrantemente clara é o fato de grande número de crianças estar sendo víti-

ma”, acrescentou.

A presidente do Sinn Féin, Mary Lou McDonald, disse à multidão que “a liberdade palestina é possível”. “Quando digo isto, estando em Londres, irmanada numa causa comum, tendo trilhado o nosso próprio caminho para sair do conflito, construindo a paz durante 25 anos, isto pode acontecer. Isso deve acontecer e vamos garantir que isso aconteça”, sublinhou.

Falando na Praça do Parlamento, o embaixador palestino no Reino Unido, Husam Zomlot, agradeceu o multitudinário abraço, felicitou a África do Sul por denunciar os crimes à Corte Internacional de Justiça das Nações Unidas e acusou o governo britânico de “cumplicidade” com Israel. Husam destacou que “a Palestina é uma nação de lutadores pela liberdade”, que se fortalece a cada dia mais com a solidariedade.

Iemenitas lotam as ruas da capital Sanaa em repúdio ao bombardeio dos EUA e Inglaterra

Multidões tomaram as ruas do Iêmen em repúdio aos ataques em várias cidades do país. “Seus ataques ao Iêmen são terrorismo”, disse Mohammed Ali Al-Houthi, membro do Conselho Político Supremo, referindo-se aos Estados Unidos.

“Eles (EUA) são terroristas e são incríveis em mentir para as pessoas do mundo, mas a consciência do povo iemenita é outra. Você, iemenita, acha que os Estados Unidos estão se defendendo ou são terroristas?”, disse Al-Houthi, saudado pelas centenas de milhares de manifestantes presentes.

Os Estados Unidos e o Reino Unido bombardearam o Iêmen na madrugada desta sexta-feira (12), em mais um ato de suporte a Israel no genocídio em curso em Gaza e em meio à realização de audiência na Corte de Haia no processo movido pela África do Sul com apoio de diversos países incluindo o Brasil. Rússia, Jordânia, Turquia e Irã condenaram a escalada, que ameaça estender o conflito à região inteira.

A alegação de Washington e Londres foi de que estão provendo a “liberdade de navegação” no Mar Vermelho, depois que o governo do Iêmen passou a barrar a passagem de embarcações de bandeira ou propriedade de Israel até que o massacre do povo de Gaza seja interrompido.



Iemenitas ocuparam a capital Sanaa contra a agressão

Segundo relato da agência de notícias iemenita SABA, “a agressão americana, israelense e britânica lançou vários ataques aéreos contra a capital Sanaa e as províncias de Hodeida, Sada e Dhamar”. O Pentágono anunciou que o ataque atingiu 60 alvos em 12 locais no Iêmen e foi conduzido por aviões de guerra, mísseis de cruzeiro e submarinos.

Os ataques aéreos durante a noite realizados pelos EUA e pelo Reino Unido contra alvos no Iêmen foram ilegais, disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov.

“Nós os condenamos”, Peskov disse quando questionado sobre a ação durante uma coletiva de imprensa. “A resolução [do Conselho de Segurança da ONU] não dá direito

a ataques e, consequentemente, elas são ilegítimas sob o direito internacional.”

O porta-voz presidencial russo se referia ao documento da ONU de 10 de janeiro que pedia ao movimento houthi que cessasse os ataques a navios mercantes.

“Os ataques aéreos dos EUA no Iêmen são outro exemplo da perversão dos anglo-saxões às resoluções do Conselho de Segurança da ONU”, disse por sua vez Maria Zakharova, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores. Tais ataques – ela acrescentou – mostram um “completo desrespeito pelo direito internacional” e estão “agravando a situação na região”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Centenas de milhares de norte-americanos foram às ruas da capital exigir o fim dos bombardeios israelenses em Gaza e denunciar a parceria da Casa Branca com os crimes de Netanyahu

A manifestação “Washington por Gaza” marcou forte presença no movimento de solidariedade aos palestinos que contou com grandes atos públicos no sábado (13) e domingo (14) em mais de 120 cidades de 45 países – segundo os organizadores. Nos EUA, os protestos denunciaram os crimes cometidos pelas forças israelenses, e repudiaram “o apoio político, financeiro e armamentista do governo dos Estados Unidos”.

Apesar da neve e do frio, a multidão foi às ruas da capital, e fez do ato de solidariedade à Palestina o maior já promovido no país desde o início dos ataques de 7 de outubro.

Com Washington completamente tomada pelas cores verde, branca, preta e vermelha da bandeira palestina, os norte-americanos levantaram a voz pedindo “Cessar-fogo, agora”, “Palestina livre” e “Fim do genocídio”.

Erguidas ao lado de faixas e cartazes denunciando a barbárie praticada pelos pelas forças israelenses, as bandeiras tremularam em alto e deram um tom diferente ao inverno, aquecendo a repulsa à parceria de “democratas e republicanos” com os crimes de Benjamin Netanyahu.

A grande presença de crianças – as principais vítimas dos bombardeios israelenses – foi registrada pelos jornalistas como “comovente”, expressando o rechaço da humanidade diante de tamanha brutalidade.

Em frente à Casa Branca, os manifestantes espalharam uma instalação com bonecos de pelúcia sobre o solo, um aquário com líquido vermelho (simbolizando sangue), blocos espalhados, como se prédios de Gaza destruídos por bombas, e pequenos caixões com nomes. Mulheres também carregavam bonecos nos braços simbolizando serem seus filhos assassinados.

No local, os oradores conclamaram o governo a dar um basta ao apoio a Israel. Entre aplausos, um orador disse que “o presidente Biden pode facilmente deter esta loucura fazendo pressão sobre Netanyahu”.

Vários palestinos-estadunidenses relataram comoventes histórias de amigos e familiares que foram recentemente assassinados na campanha de extermínio em Gaza.

O massacre em Gaza perpetrado por Netanyahu entrou neste domingo no centésimo dia somando mais de 24 mil mortos (dez mil deles crianças!) e 60 mil feridos, em meio à falta de alimentos, água potável e remédios, com mais de 50% da infraestrutura da Faixa de Gaza destruída em escombros.

O Conselho de Relações Islâmico-Americanas, enviou uma carta à Casa Branca pedindo ao presidente que assegurasse um “cessar-fogo completo”, a libertação de todos os reféns em Gaza e prisioneiros políticos em Israel, além do fim do apoio financeiro e diplomático

incondicional estadunidense ao governo israelense. A carta também propôs que os oficiais israelenses fossem “responsabilizados pelo genocídio em Gaza”.

Várias pessoas falaram à multidão em Washington, por videoconferência, entre eles o jornalista da Al Jazeera, Wael al-Dahdoh, cuja esposa, filha, dois filhos e um neto foram mortos por ataques aéreos israelenses. Também falaram os candidatos presidenciais dos Estados Unidos Cornel West e Jill Stein, assim como Ilyasah Shabazz, filha do destacado líder pelos direitos humanos, Malcolm X.

Em Nova Iorque os manifestantes também repudiaram os ataques militares dos EUA e do Reino Unido ao Iêmen, ocorridos após ações do país árabe no Mar Vermelho, em apoio aos palestinos.

MUNDO CONTRA INJUSTIÇA

Na África do Sul, à frente da campanha pelo julgamento dos crimes de Israel em Gaza, grandes manifestações tomaram conta do país, exigindo o fim do massacre. Nas denúncias, o retrato da barbárie em Gaza: 1% da população palestina aniquilada por bombas e tiros, a maioria, crianças e mulheres; 85% forçada a deixar seus lares, rumo ao sul; sistema de saúde e de água potável destruídos; casas, escolas das Nações Unidas, padarias e mesquitas bombardeadas; punição coletiva com corte de água, comida, remédios e combustível; e um número espantoso de jornalistas, paramédicos e trabalhadores da ajuda humanitária assassinados.

Na Alemanha, enquanto Munique registrou a maior manifestação do país do Dia Mundial de Solidariedade com Gaza, na capital, Berlim, várias pessoas foram presas e algumas foram agredidas pela polícia.

A capital francesa, Paris, também recebeu atos de solidariedade, deixando uma mensagem de força à resistência palestina. Na capital sueca, Estocolmo, e na cidade de Uppsala, ecoou com peso a denúncia dos crimes israelenses.

Na cidade holandesa de Haia, em frente à Corte Internacional de Justiça, os manifestantes exigiram que Israel seja julgado por seus crimes contra os 2,2 milhões de civis na Faixa de Gaza, que vêm sendo submetidos a todo tipo de atrocidades.

Em Luxemburgo milhares de pessoas se concentraram em frente à embaixada dos EUA para denunciar o “contínuo apoio” da administração estadunidense à atual agressão à Palestina. Igualmente na capital dinamarquesa, Copenhague, a força da solidariedade aos palestinos se fez sentir.

A cidade italiana de Florença recordou que a agressão em Gaza expressava uma cruel política de “terrorismo de Estado” e que a humanidade não admitia a continuidade de tamanha brutalidade.

Porta desprendida durante voo do 737 Max expõe a decadência da Boeing

“Estou feliz em informar que encontramos a porta”, anunciou Jennifer Homeny, presidente da agência de segurança de transporte dos EUA (NTSB), após um pedaço da fuselagem se soltar de um Boeing 737 Max 9 em pleno voo. “Deixou um buraco no avião do tamanho de uma geladeira”, relatou um passageiro. FAA formalizou investigação.

A Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA) anunciou na quinta-feira (11) que abriu uma investigação formal sobre o Boeing 737 Max 9 depois que um pedaço da fuselagem da aeronave se soltou em pleno voo em uma rota da Alaska Airlines na semana passada, forçando um pouso de emergência.

No sábado (6), a FAA havia suspenso a operação de 171 jatos Boeing Max 9 que têm o mesmo equipamento conhecido como plugue de porta que se soltou durante o voo da Alaska, para inspeções de segurança, a maioria deles operada pela United Airlines e pela Alaska Airlines e United Airlines.

A aeronave da Alaska Air-

lines, que estava em serviço há apenas oito semanas, decolou de Portland, Oregon, na sexta-feira (5) e estava voando a 4.900 metros de altura quando parte da fuselagem se soltou do avião, abrindo a porta da cabine.

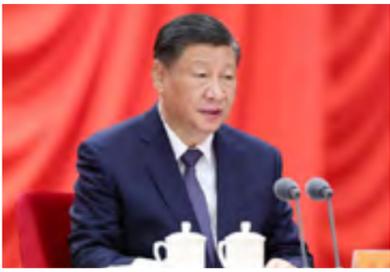
“Deixou um buraco no avião do tamanho de uma geladeira”, segundo um passageiro. “Foi realmente brutal. Mal alcançamos a altitude e o painel da janela se soltou”, testemunhou o passageiro.

Kyle Rinker ao canal americano CNN. Os pilotos fizeram uma aterrissagem de emergência em Portland, com passageiros tendo sofrido, além do susto, apenas ferimentos leves.

O Conselho Nacional de Segurança dos Transportes dos EUA (NTSB) está verificando se os parafusos que prendem o painel estavam devidamente apertados ou se algum deles estava faltando.

O presidente-executivo da Boeing, Dave Calhoun, disse que houve um “escape de qualidade” que fez com que o Max 9 que estava no ar tivesse parte da fuselagem solta.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Xi Jinping cita Mao Tsé Tung: "Colocar o governo sob a supervisão do povo"

Xi destaca a importância da luta contínua do PCCh no combate à corrupção

"Devemos estar totalmente cientes dos novos desenvolvimentos na luta contra a corrupção e das condições e das terras de crescimento de corrupção", disse o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh), Xi Jinping, ao concluir, nesta segunda-feira, 8, por esforços para a promoção do avanço da autorreforma do Partido até a vitória "na batalha dura e prolongada contra a corrupção".

Xi Jinping, que também é o presidente chinês e preside a Comissão Militar Central, fez as declarações ao discursar na terceira sessão plenária da 20ª Comissão Central de Inspeção Disciplinar (CCID) do PCCh. Em sua avaliação, após persistentes esforços anticorrupção nos últimos 10 anos desta nova era, uma vitória esmagadora foi alcançada na luta contra a corrupção, com ganhos totalmente consolidados. "Mas a situação continua grave e complexa", alertou.

Os membros do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do PCCh Li Qiang, Zhao Leji, Wang Huning, Cai Qi e Ding Xuexiang participaram da reunião.

Li Xi, membro do Comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do PCCh e secretário da CCID, presidiu o encontro, no qual Xi Jinping observou que 2023 marcou o primeiro ano em que os princípios orientadores do 20º Congresso Nacional do PCCh foram implementados em todas as frentes.

O Comitê Central do PCCh promoveu inabalavelmente a autorreforma do Partido e aprofundou seus esforços para promover a autogovernança plena e rigorosa do Partido, o que garantiu que a nova jornada tivesse um bom início, disse o presidente chinês.

Para Xi, o maior partido governamental marxista do mundo, o PCCh enfrenta a questão estratégica de como escapar do ciclo histórico de ascensão e queda e como o Partido pode permanecer firme em seu compromisso de nunca mudar sua natureza, sua convicção ou seu caráter, disse ele.

Desde o 18º Congresso Nacional do PCCh em 2012, em seu grande esforço de promover a autogovernança plena e rigorosa do Partido, o PCCh, com base na primeira resposta do camarada Mao Zedong de "colocar o governo sob a supervisão do povo", encontrou uma segunda resposta para a questão — promover a autorreforma do Partido, destacou Xi.

Nos últimos 10 anos, por meio da prática e da exploração teórica do exercício da autogovernança plena e rigorosa do Partido, foi alcançada uma série de resultados teóricos importantes, disse Xi, acrescentando que esses resultados respondem teoricamente às principais questões, incluindo questões como por que o PCCh deve realizar a autorreforma, por que ele é capaz de se autorreformular e como pode promover a autorreforma.

Xi Jinping destacou nove questões importantes para o avanço da autorreforma do Partido:

- a garantia fundamental é manter a liderança centralizada e unificada do Comitê Central do PCCh;
- o objetivo fundamental é orientar a grande revolução social;
- a orientação fundamental é o Pensamento sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era;
- o objetivo estratégico é romper o ciclo histórico de ascensão e queda;
- a direção principal é resolver os desafios especiais que um grande partido como o PCCh enfrenta;
- o método eficaz é aprimorar os sistemas para exercer uma autogovernança plena e rigorosa;
- o foco é forjar organizações fortes do Partido e cultivar membros do Partido altamente comprometidos;
- a principal tarefa é melhorar a conduta do Partido, reforçar a disciplina do Partido e combater a corrupção;
- o forte impulso vem da integração da autorregulação e da supervisão do povo.

Xi enfatizou que, para promover a campanha anticorrupção na nova era, devem-se fazer esforços contínuos para eliminar as condições e terras de crescimento de corrupção. O presidente chamou à promoção de ações coordenadas para garantir que os funcionários não tenham a audácia, a oportunidade nem o desejo de se tornarem corruptos, bem como esforços persistentes para expandir a escala e a extensão das campanhas anticorrupção e medidas regulares e de longo prazo para prevenir e coibir a corrupção.

NEM PARAR, NEM ABRANDAR

Xi destacou a importância de se aprimorar a liderança centralizada e unificada do Partido nesta luta e também destacou a importância de se manter uma postura dura contra a corrupção e disse que, na situação grave e complicada que continua a existir, não há possibilidade de parar, abrandar ou comprometer a campanha anticorrupção.

Leia íntegra no site do HP

Guerra genocida de Israel matou 10.600 crianças em 100 dias

Mahmud Hams/AFP



Funeral coletivo de crianças e adulto, vítimas das bombas de Netanyahu em Gaza.

África do Sul demanda à Corte de Haia que pare massacre israelense na Faixa de Gaza

Evocando Nelson Mandela, a África do Sul apresentou nesta quinta-feira (11) à Corte Internacional de Justiça (CIJ) da ONU, em Haia, na Holanda, um contundente libelo contra o governo de Israel pelo genocídio em curso contra o povo palestino de Gaza e pediu ao tribunal que conceda, liminarmente, uma ordem para que cesse a agressão e seja protegida a população palestina.

Trata-se, como denunciou a premiada advogada irlandesa Blinne Ni Ghralaigh em nome da África do Sul, do "primeiro genocídio da história, em que as suas vítimas transmitem a sua própria destruição em tempo real", enquanto esperam que o mundo faça alguma coisa. "A própria reputação do direito internacional está na balança", ela advertiu.

A equipe de acusação da África do Sul exibiu, ainda, reprodução das mais altas autoridades israelenses incitando o genocídio — ou, em termos jurídicos, expressando "intenção genocida" —, bem como vídeos divulgados nas redes sociais por soldados integrantes da invasão em Gaza, onde se jactam de execuções e torturas.

Também as denúncias, de parte de vários organismos da ONU, sobre a situação catastrófica humanitária no enclave e de que Gaza se tornou "um cemitério de crianças".

CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

O consultor jurídico da África do Sul, John Dugard, lembrou as palavras do presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, ao anunciar a ação judicial, de que Gaza estava "transformada num campo de concentração, onde está ocorrendo genocídio".

A acusação sul-africana citou o economista-chefe do Programa Alimentar Mundial, Arif Husain, que disse: "Na minha vida, nunca vi nada parecido com isto em termos de gravidade, em termos de escala e depois em termos de velocidade."

O advogado britânico Vaughan Lowe assinalou que as evidências publicamente disponíveis demonstram que "o governo israelense, e não o povo judeu ou os cidadãos israelenses, tem a intenção de destruir os palestinos em Gaza como um grupo, e não está fazendo nada para punir as ações daqueles que apoiam isso", tais procedimentos colocam o Estado de Israel incurso nas infrações previstas pela convenção de prevenção e punição dos crimes de genocídio.

Ele acrescentou que "não importa quão monstruoso ou terrível seja um ataque ou provocação sofridos, o genocídio nunca é uma resposta permitida".

As evidências de intenção genocida dos mais altos escalões do governo israelense, destacou o advogado sul-africano Tembeka Ngcukaitobi, "não são apenas assustadoras, mas também esmagadoras e incontestáveis".

"Há aqui um elemento extraordinário: o líder político, os comandantes militares e as autoridades de Israel declararam sistematicamente a sua intenção genocida", intenção que está enraizada "na ideia



Ministro da Justiça sul-africano e embaixador da África do Sul na Holanda em audiência de Haia

de que o inimigo não é a ala militar do Hamas ou o Hamas em geral, mas está embutido no tecido da vida palestina em Gaza".

A Corte Internacional de Justiça foi criada em 1945 após a vitória sobre o nazifascismo na II Guerra Mundial, enquanto a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio foi estabelecida em 1948, para evitar a repetição do massacre de milhões de civis pelo hitlerismo, como sofrido pelos judeus. De acordo com seu estatuto, apenas casos entre Estados são julgados. Israel e África do Sul são signatários.

A CIJ, composta por juízes de 15 países, ouvirá nessa sexta-feira (12) a argumentação de Israel, devendo deliberar até o final do mês se aceita o caso e se emite as medidas provisórias solicitadas por Pretória.

O caso propriamente dito pode levar anos, conforme procedimentos anteriores. Brasil, Jordânia, Turquia, Malásia, Namíbia, Paquistão, Colômbia, Bolívia e a Organização para Cooperação Islâmica, que representa 53 nações (OIC) endossaram a ação da África do Sul e seu pedido de uma medida liminar que proteja imediatamente os palestinos.

MANDELA

"Ao estender as mãos... ao povo da Palestina, fazemo-lo com plena consciência de que somos parte de uma humanidade. Estas foram as palavras do nosso presidente fundador Nelson Mandela, este é o espírito com que a África do Sul aderiu à convenção sobre a prevenção e punição do crime de genocídio em 1998", afirmou em Haia o ministro da Justiça sul-africano, Ronald Lamola.

"É com este espírito que abordamos este tribunal como parte contratante na convenção. Este é um compromisso com todos, com o povo da Palestina e com os israelenses", ele enfatizou, após lembrar que a violência e a destruição "não começaram em 7 de outubro. Os palestinos sofreram opressão nos últimos 75 anos".

Agora em Gaza, confor-

me a denúncia à CIJ, "1% da população foi sistematicamente dizimada", sendo que a maior parte dos 23 mil palestinos mortos e 56 mil feridos é constituída por crianças e mulheres. 15 relatores especiais da ONU e 21 membros de grupos de trabalho da ONU alertaram que o que está acontecendo em Gaza "reflete um genocídio em formação". 80% da população mundial que passa fome crítica está localizada em Gaza, segundo o Programa Mundial de Alimentos da ONU.

"DIREITO A EXISTIR"

À Corte de Haia, o professor Max du Plessis afirmou que "os palestinos em Gaza, enquanto parte muito substancial e importante do grupo nacional, racial e étnico palestino, têm direito a existir".

"O que está acontecendo agora em Gaza não é corretamente enquadrado como um simples conflito entre duas partes. Trata-se de atos destrutivos perpetrados por uma potência ocupante, Israel, que submeteu o povo palestino a uma violação opressiva e prolongada dos seus direitos à autodeterminação durante décadas", acrescentou o jurista.

"Essas violações ocorrem em um mundo onde Israel, por anos, se considerou além e acima da lei", disse Du Plessis. "A ação da África do Sul é motivada pela necessidade de proteger os palestinos em Gaza e seus direitos absolutos de não serem submetidos a atos genocidas", disse ele.

"Os casos de genocídio, que são notoriamente difíceis de provar, podem levar anos para serem resolvidos, mas a África do Sul pede ao tribunal que implemente rapidamente "medidas provisórias" e "ordene que Israel pare de matar e causar sérios danos mentais e corporais ao povo palestino em Gaza".

As obrigações previstas na Convenção sobre o Genocídio são "erga omnes, obrigações devidas à comunidade internacional como um todo". "Os Estados partes desta convenção são obrigados não apenas a desistir de atos genocidas, mas também a impedi-los", afirmou o professor Dugard.

Leia mais no site do HP

Informações são de Relatório da Saúde de Gaza e confirmadas pela Ong Save the Children, que acrescentou que muitas outras crianças estão desaparecidas, presumivelmente mortas e enterradas sob os escombros de residências, escolas e abrigos

As autoridades de Saúde de Gaza revelaram que Israel matou 10.600 crianças desde 7 de outubro. A ONG Save the Children confirmou os números e acrescentou que inúmeras outras estão desaparecidas, presumivelmente mortas e enterradas sob os escombros.

"As crianças em Gaza que sobrevivem à violência estão sofrendo horrores indescritíveis, incluindo ferimentos que mudam vidas, queimaduras, doenças, cuidados médicos inadequados e perda de seus pais e outros entes queridos. Eles foram forçados a fugir da violência, muitas vezes repetidamente, sem lugar seguro para ir e enfrentar o terror de um futuro incerto", diz o comunicado da Save the Children.

O diretor nacional da Save the Children para o território palestino ocupado, Jason Lee, compartilhou as estatísticas horripilantes de Israel matando 100 crianças por dia, criticando a ocupação e dizendo: "Nunca pode haver qualquer justificativa para matar crianças. A situação em Gaza é monstruosa e uma praga para a nossa humanidade comum".

"Há quase 100 dias, as crianças pagam o preço de um conflito do qual

não fazem parte. Estão apavorados, machucados, mutilados, deslocados. Um por cento da população infantil de Gaza já foi morta por bombardeios israelenses e operações terrestres. Outras correm o risco de serem mortas pela fome e por doenças, com a fome cada vez mais próxima. Para as crianças que sobreviveram, os danos mentais infligidos e a devastação total da infraestrutura, incluindo casas, escolas e hospitais, dizimaram seu futuro", acrescentou.

No início desta semana, Lee revelou que mais de 10 crianças por dia, em média, perderam uma ou ambas as pernas em Gaza desde que Israel lançou o bombardeio total no território sitiado no início de outubro.

Em um comunicado no domingo, Lee explicou a terrível situação humanitária em Gaza, alertando ainda que o assassinato e mutilação de crianças constituem graves violações dos direitos das crianças.

Enfatizando que as crianças são fisicamente mais frágeis e, portanto, mais propensas a lesões que mudam a vida. Jason Lee concluiu: "O sofrimento das crianças neste conflito é inimaginável e ainda mais porque é desnecessário e completamente evitável".

Níger expulsa monopólio francês que deixou 54% do povo sem acesso à água

O governo do Níger formalizou no sábado (06/01) a criação de uma nova empresa estatal, a La Nigérienne des Eaux ("Empresa Nigerina de Águas"), nacionalizando o fornecimento de água potável no país do noroeste africano e pondo fim a décadas de monopólio de empresa francesa, que inviabilizava o acesso à água potável ao conjunto da população do país.

O processo de estatização desse serviço começou no dia 31 de dezembro, quando foi encerrado o contrato com a empresa privada francesa Veolia, que durante 22 anos exerceu o monopólio do setor hídrico do país, por meio de sua subsidiária, a Société d'Exploitation des Eaux du Níger ("Sociedade de Exploração das Águas do Níger", sigla SEEN).

O Conselho de Ministros apresentou um decreto e estabeleceu as normas jurídicas da nova empresa estatal.

A Unicef mostrou em relatório de 2020 que esses anos de monopólio de empresa estrangeira e ausência do Estado no setor impediram o acesso generalizado da população à água potável e ao saneamento básico elementos essenciais com níveis muito baixos de atendimento no Níger, além de grande discrepância entre as áreas urbanas e rurais, e entre as diferentes regiões do país. Segundo o relatório, só 46% da população tinha acesso à água potável canalizada.

Está atualmente no governo do Níger o general Abdourahmane Tchiani, exercendo o mandato desde 26 de julho passado, após

o levante que derrubou o governo do então presidente Mohamed Bazoum, cuja submissão à França provocou a rebelião que o destituiu.

A queda de Bazoum foi comemorada nas ruas de Niamey, capital do país, por multidões que consideravam necessário o avanço na direção da independência do país africano, até ali tutelado pela antiga metrópole colonial, po governo anterior submisso à França, que colonizou a nação africana durante décadas, entre os séculos 19 e 20.

O governo liderado por Tchiani afirmou que a base da sua intervenção foi que os governos anteriores não conseguiram garantir a segurança do país, e nem a soberania nacional sobre setores estratégicos, como água e petróleo, e anunciou o fim de duas missões de segurança e defesa com a União Europeia: a missão civil europeia EUCAP Sahel Níger e a missão de parceria militar EUMPM.

Em novembro passado, a França retirou os últimos 1,5 mil soldados do território do Níger. Eventos semelhantes ocorreram nos últimos anos em outras nações africanas, como Burkina Faso, Guiné, Mali e Gabão, que têm novos governos que assumiram após tomar o poder com propostas de estabelecer medidas e programas que fortaleçam a independência nacional e de enfrentar a submissão neocolonial. Os países desta região foram colonizados pela França e só obtiveram sua independência na década de 1960.



Água encanada ainda para poucos no Níger (Unicef)

São Borja e o caráter popular da República: uma introdução - (1)

Ao fim do Ministério Cotegipe, o país estava à beira de uma explosão – e a monarquia, tanto quanto a escravidão, tornara-se incompatível com a nação e insuportável para o povo

CARLOS LOPES

Em passagem de **À Margem da História**, Euclides da Cunha escreve que “não devemos confundir” a República “com a bela parada comemorativa de 15 de Novembro de 1889” (v. *Da Independência à República*, in *À Margem da História*, Lello Brasileira S.A., 1967, p. 220).

Ele mesmo um dos homens que fizeram a República, Euclides advertia sobre um problema historiográfico que já existia em sua época, na verdade um problema de luta política: a campanha difamatória dos inimigos da República, tentando passar a versão (hoje se diria, “narrativa”) de que a Proclamação fora um “golpe”.

O primeiro a sacar da algibeira tal versão foi o próprio visconde de Ouro Preto – o primeiro Afonso Celso –, último presidente do conselho de ministros do Império, deposto em novembro de 1889, em seu livro, escrito no exílio, **Advento da Ditadura Militar no Brasil** (1891).

Era, apesar de injusto e mentiroso, compreensível, que Ouro Preto, apeado do poder, visse os acontecimentos históricos dessa maneira. Mas até ele, ao contrário dos reacionários que o sucederam, não considerava que o “golpe” fora inopinado:

“Batidos nas urnas, pois que, apesar da aliança com o Partido Conservador, não conseguiram senão eleger dois deputados, os republicanos apelaram, como recurso extremo, para uma sedição militar.

“E ela fez-se, e triunfou em presença da nação, tomada de surpresa, e depois coacta pelas violências praticadas, que bem claramente revelaram até onde chegariam, para conservar o poder, os que dele se haviam apossado.

“Não foi um movimento súbito, a obra de um dia; o golpe estava já preparado de muitos anos. Os primeiros pródromos da insubordinação do Exército datam da terminação da guerra do Paraguai” (Visconde de Ouro Preto, **Advento da Ditadura Militar no Brasil**, ed. SF, vol. 243, 2017, p. 92).

Ouro Preto esquece de dizer que a eleição de apenas dois deputados republicanos foi devida à legislação profundamente antidemocrática da monarquia e ao seu aparato ditatorial. Varrer essa legislação e esse aparato era, exatamente, um dos objetivos da República.

Porém, mais importante que isso, ele reconhece – embora apenas em relação ao Exército – que a monarquia, desde o fim da Guerra do Paraguai (1870), era um regime em antagonismo com o país e seu futuro. Era algo tão atrasado em relação ao povo, que sua remoção, em 1889,



não encontrou resistência naquele momento. Até a Marinha, mais chegada à monarquia, apoiou a mudança do regime.

Assim, o Exército, em novembro daquele ano, agiu como representante do país – algo fundamentado na fusão popular com o movimento abolicionista.

Hoje, frequentemente, argumenta-se com alguns monarquistas que foram abolicionistas (sobretudo Joaquim Nabuco e André Rebouças) para tentar separar o abolicionismo do republicanismo.

Entretanto, esses monarquistas-abolicionistas constituíam exceção. Eram aqueles que a corrente impetuosa do movimento popular havia descolado da parcela dominante da monarquia, isto é, dos senhores de escravos e de seu entorno.

O abolicionismo tornou-se, à medida que corria o século XIX, cada vez mais republicano. E a recíproca é perfeitamente verdadeira: o republicanismo, nascido oficialmente com o Manifesto Republicano de 1870, mesmo ano do fim da Guerra do Paraguai, tornou-se, cada vez mais, abolicionista.

Quando o Império – nas palavras de Osório Duque Estrada – optou pelo passado, entregando o governo a um monarquista ferrenhamente escravagista, o barão de Cotegipe, o país estava preparado para a mudança do regime. A rebelião já atingira o Exército, a Igreja e a própria base econômica – isto é, os escravos, que abandonavam as fazendas, desorganizando a produção agrícola.

Desde a Regência, a sustentação militar da monarquia era formada, principalmente, pela Guarda Nacional, uma coleção de milícias regionais. Além disso, a Marinha e as tropas mercenárias serviam de apoio ao Império.

A guerra contra Solano López – que tinha um exército, no início do conflito, pelo menos cinco vezes maior que o nosso – alterou essas circunstâncias. Ao fim, estávamos com tropas terrestres do Exército muito superiores à Guarda Nacional, as tropas mercenárias haviam deixado de cumprir qualquer função e a Marinha, no Paraguai, submetera-se – com a demissão de Tamandaré por Caxias e sua substituição, no comando da esquadra, pelo visconde



A moção do vereador republicano Aparício Mariense foi aprovada, depois de vários debates, em 13 de janeiro de 1888, causando uma comoção nacional. A ideia – e, mais que a ideia, a aspiração – republicana espalhou-se até às fronteiras do país. São Borja, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, era mais que um símbolo do caráter popular da república. Era a concretização desse caráter popular em todo o território nacional

de Inhaúma.

Quanto à Igreja, a chamada Questão Religiosa introduziu um cisma entre o Estado monárquico, seu sistema de “padroado”, e o catolicismo, oficialmente a religião do país.

Sem nos estendermos sobre o assunto, por trás (ou pela frente) de tudo isso, estava a chamada questão do elemento servil – isto é, a escravidão –, que incendiava o país e alimentava o republicanismo.

Pois, como observara José do Patrocínio:

“Muito feliz é o Governo do sr. d. Pedro II.

“Desdobra-se sobre um país em que não temos o direito de estremecer a nossa Pátria; em que acima de uma vida de sacrifícios se coloca a burra dos herdeiros dos traficantes de carne humana.

“Quem clama pela justiça é apontado como revolucionário.

“A ordem é o roubo, é o assassinato do escravo, é o morticínio das crianças.

“O Império e a escravidão são solidários.

“A sua legislação visa somente manter esta solidariedade” (José do Patrocínio, 28 de agosto de 1882, in **A Campanha Abolicionista**).

Assim, a própria Revolta

de Vintém, em dezembro de 1879, provocada por um decreto do futuro – e mal-sinado – visconde de Ouro Preto, foi liderada pelos republicanos e abolicionistas. A partir daí, a monarquia e o imperador (chamado, desde então, “Pedro Banana”), perderiam, cada vez mais, a autoridade junto à população.

Mas não sem reprimir o movimento popular, que se intensificava na direção da República e da Abolição.

A República adquire, então, um caráter de massas, em todo o Brasil, inclusive dentro do Exército, mas também na população em geral. Aliás, a agitação dentro do Exército é expressão da agitação que toma todo o país.

Abordamos estas questões mais de uma vez. Aqui nos interessa aprofundar a caracterização da República, em instante onde ressurgem tentativas de direita e de suposta esquerda (!) de classificá-la como “golpe” (ao leitor interessado em nossas abordagens anteriores, v., por exemplo, HP 14/01/2015, **O nascimento da República e os jabutis em cima das árvores** e HP 10/06/2020, **A República e a formação do caráter nacional**).

Lembra Osório Duque Estrada que o Império – tanto o imperador quanto a princesa Isabel – resistiram o quanto puderam à Abolição e outras mudanças:

“... limitou-se a ação do Imperador a permitir apenas que a questão desse mais um passo, quando a julgava de todo amadurecida, e isso mesmo só depois das mais inequívocas manifestações da opinião pública, continuamente agitada pela propaganda dos liberais, associados, mais tarde, aos republicanos. Quando acreditava chegado o momento de transigir com a opinião e atender às solicitações das sociedades humanitárias do estrangeiro, para onde tinha frequentemente voltados os olhos, consentia então em alguma reforma cautelosa e paliativa do mal, mas, ainda assim, cometeria aos conservadores o encargo de realizá-la.

Para evitar a reforma nas situações liberais, cinco vezes convidou Saraiva (que só de duas acedeu) para organizar gabinete; confiou a organização do ministério 21 de junho de 1881 a Martinho Campos, que nunca havia sido ministro, nem era chefe de prestígio no seu partido, mas possuía o predicado de ser ‘escravocrata da gema’; chamou ao poder, em 1878, o velho Sinimbu, que tinha já 93 anos de idade, preferindo escancaradamente, e com surpresa geral, o grande Nabuco de Araújo, que era então a primeira figura e o chefe aclamado do seu partido; não hesitando, poucos anos depois, em confiar igual missão ao Conselheiro Lafaiete, que assinara o manifesto republicano de 1870, mas que, mesmo em 1888, advogava ainda com Cotegipe a ideia da indenização, citando escandalosamente a opinião de Maquiavel, de que ‘os homens perdoam mais facilmente a quem lhes mata os pais do que a quem lhes rouba a fortuna’.

“Quando, uma vez, por exceção, confiou a tarefa da reforma a um chefe liberal de ideias emancipadoras, foi para de tal maneira lhe dificultar a iniciativa, que, só para recomendar restrições, e imparcialidade em assuntos de natureza eleitoral, dirigiu ao presidente do Conselho, no espaço de poucos meses, nada menos de vinte e nove cartas. É conhecida a sua declaração de que desejava apenas ‘fazer um ensaio com o Sr. Dantas’, acrescentando, em uma das conferências que teve com esse glorioso estadista: – ‘Quando o Sr. quiser correr, eu o puxo pela aba da casaca.’

“À queda inevitável do ministério 6 de junho seguiu-se a ascensão de outro liberal; mas esse liberal, a quem foi confiada irrisoriamente a realização da reforma, era um escravocrata declarado, senhor de engenho e proprietário de grande número de escravos, que, com o apoio entusiástico dos conservadores, e notadamente da célebre *Junta do Coice*, afrontou a consciência

Santos, quadro de Benedito Calixto

abolicionista do país com a monstruosa lei de 28 de setembro de 1885, que, votada já na vigência do ministério Cotegipe, por se haver demitido, um mês antes, o Conselheiro Saraiva, excluía a libertação dos sexagenários, implicitamente revogava a lei de 7 de novembro de 1831, e cominava a pena de 500\$000 a 1:000\$000 *aos que acoitassem escravos!*” (cf. Osório Duque Estrada, **A Abolição**, ed. SF, 2005, pp. 237-239).

Ao fim do Ministério Cotegipe, o país estava à beira de uma explosão – e a monarquia, tanto quanto a escravidão, tornara-se incompatível com a nação e insuportável para o povo.

Em outubro de 1887, um vereador de São Borja, Rio Grande do Sul, apresentou uma moção para que o país fosse consultado sobre a conveniência de um terceiro reinado.

Como lembrou, depois, Silva Jardim:

“A câmara municipal de S. Borja, no Rio Grande do Sul, votava uma representação à assembleia provincial, para que a seu turno representasse à geral, sobre a conveniência de um plebiscito em que se consultasse a nação se convinha aos seus interesses o terceiro reinado ‘sendo a herdeira do trono uma princesa fanática casada com um príncipe estrangeiro’” (v. Silva Jardim, **Memórias e Viagens**, Typ. da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1891, p. 15).

A moção do vereador republicano Aparício Mariense foi aprovada, depois de vários debates, em 13 de janeiro de 1888, causando uma comoção nacional. A ideia – e, mais que a ideia, a aspiração – republicana espalhou-se até às fronteiras do país. São Borja, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, era mais que um símbolo do caráter popular da república. Era a concretização desse caráter popular em todo o território nacional.

Continua na próxima edição